

RELATÓRIO DE GESTÃO
2021
FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO



APRESENTAÇÃO

Pautado no princípio da publicidade que rege a Administração Pública, esse relatório tem por objetivo informar e divulgar, interna e externamente, o desempenho do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia no ano de 2021, em conformidade ao Manual de Orientação das Prestações de Contas Anuais - 3ª Edição.

Trata-se de uma síntese do conjunto de esforços empreendidos pela Defensoria Pública-Geral, em prol da relevante missão da Defensoria Pública de trabalhar para a concretização do direito fundamental de acesso à Justiça e do processo de efetivação de direitos dos cidadãos rondonienses, contribuindo, com presteza e eficiência, para a construção de um autêntico Estado Democrático de Direito.

Aqui estão elencadas as principais ações que têm por objetivos finais, fundamentalmente, a excelência no atendimento à população, como efetivo instrumento de transformação social e combate das desigualdades; o fortalecimento e a modernização da Instituição; e a valorização de seus membros e servidores.

Certamente, muito ainda há que se fazer em busca do ideal de fortalecer a Instituição e equilibrar o sistema estadual de justiça. Porém, as conquistas até aqui obtidas demonstram que a Defensoria de Rondônia está trilhando o caminho certo, rumo ao alcance de sua missão constitucional de promover o acesso à justiça com igualdade entre as partes, e contribuir para a efetivação dos direitos e garantias fundamentais.



1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE

1.1. Criação do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado

O Fundo Especial da Defensoria Pública (FUNDEP) foi criado pela Lei Complementar nº 117, de 04 de novembro de 1994, com a finalidade de fomentar investimentos e desenvolvimento cultural dos membros e servidores.

Com a Lei n.º 3.537/2015, de 15 de abril de 2015, regulamentado em julho de 2016, por meio do Provimento Conjunto n.º 004/2016-PR-CG, do Tribunal de Justiça do Estado e da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado, foi dado o complemento à regulamentação do referido Fundo e receitas que podem constituí-lo.

No entanto, as principais fontes de receita do FUNDEP são recursos oriundos das verbas de sucumbência de ações em que a Defensoria Pública tenha atuado, receitas incidentes sobre recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais e rendimentos das aplicações financeiras efetuadas pelo próprio Fundo.

Após a aprovação da Lei n.º 4.577, de 10 de setembro de 2019, foram alterados dispositivos na Lei n.º 3.537/2015, reduzindo-se o percentual de recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais para o referido Fundo.

Por meio da Resolução nº 01/2013/CS/DPE-RO, de 06 de fevereiro de 2013, foi regulamentada a execução dos recursos do Fundo Especial da Defensoria Pública, na qual priorizam-se as seguintes ações:

- ✓ Fomento do desenvolvimento cultural dos membros e servidores;
- ✓ Aquisição de equipamentos e material permanente;
- ✓ Implementação de serviços para modernização do órgão;
- ✓ Despesas de custeio necessárias à manutenção da Defensoria Pública.



2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Acompanhamento das Metas e Iniciativas do PPA 2020-2023

2.1.1 Programa 2046 - Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública

OBJETIVO 1: Fortalecer e ampliar a estrutura de Tecnologia da Informação e Sistemas.	
Iniciativa	Resultados alcançados em 2021
Estruturação das unidades para implantação de Sistemas de Informação.	Instalação de novos computadores, nobreaks e monitores; aquisição de novos notebooks; melhoria na conexão dos núcleos com a sede e disponibilização de link dedicado para internet, sendo para alguns núcleos, um aumento de até 2.000% de velocidade; melhorias no Sistema Athenas e Solar e integração ao PJe; aquisição de webcams e headsets para realização de audiências e reuniões.
Desenvolvimento e aquisição de Sistemas de Informação para a área fim e área administrativa.	Adesão aos sistemas e-TCDF e SEI para gerenciamento de processos administrativos de forma digital. Aumento no número de e-mails corporativos e na capacidade de armazenamento.

OBJETIVO 2: Promover o desenvolvimento cultural e a capacitação de membros e servidores.	
Iniciativa	Resultados alcançados em 2021
Promoção de capacitações para defensores, servidores e estagiários na sede e no interior.	Participação de cinco defensores no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) em Ciências Jurídicas da Faculdade Católica de Rondônia e Universidade Federal de Rondônia; realizados quinze webinários, palestras semanais visando educação em direitos, e participação de mais de 80 servidores em cursos para a área administrativa e finalística da Defensoria.

OBJETIVO 3: Construir, reformar e ampliar unidades de atendimento.	
Iniciativa	Resultados alcançados em 2021
Melhoria da infraestrutura das unidades da Defensoria Pública.	Elaboração de Estudos Técnicos para aquisição e reforma de imóveis; mudança e unificação da sede em Porto Velho em imóvel locado
Instalação de sedes próprias da Defensoria.	Início da construção do Núcleo de Guajará-Mirim; andamento nos procedimentos licitatórios para a construção do Núcleo de Nova Brasilândia.

Avaliação de Desempenho Quantitativa do Programa 2046				
Cód.	Ação	Previsto	Realizado (pago)	%
1026	APARELHAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	4.283.358,42	180.314,00	4,21
	Unidades aparelhadas	25,00	25,00	100,00
1096	MODERNIZAR A GESTÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	2.047.428,00	625.418,13	30,55
	Unidades físicas da Defensoria Pública modernizadas	25,00	25,00	100,00



1098	IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTO	6.271.445,39	286.271,19	4,56
	Obras realizadas	4,00	1,00	25,00
2108	CAPACITAR OS MEMBROS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	472.500,00	186.239,08	39,42
	Membros, servidores e estagiários capacitados	358,00	959,00	267,88
2182	MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	3.781.845,00	618.902,81	16,37
	Unidades mantidas	25,00	25,00	100,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	16.856.576,81	1.897.145,21	11,25

Fonte: Avaliação do Plano Plurianual 2020-2023 - exercício 2021

Comparativo da evolução do Programa 2046 nos anos 2016 a 2021				
PPA/ Ano		Previsto	Realizado	%
PPA anterior 2016-2019	2016	2.106.700,00	476.058,27	22,60
	2017	9.619.229,50	3.712.766,86	38,60
	2018	11.950.064,49	3.327.278,70	27,84
	2019	16.877.362,58	6.689.379,59	39,64
PPA atual 2020-2023	2020	14.490.290,03	2.601.238,66	17,95
	2021	16.856.576,81	1.897.145,21	11,25

Fonte: Avaliações anuais do Plano Plurianual.

2.2. Aquisição de bens, materiais e serviços

Com foco na melhoria contínua dos serviços prestados pelos membros e servidores, tanto na área meio quanto na área finalística, a atual gestão dedicou-se também à aquisição de equipamentos necessários ao andamento das atividades, tais como notebooks e computadores de alto desempenho, 324 webcams, 65 nobreaks, 137 celulares, 3 telas de projeção e 3 projetores multimídias.

A fim de estabelecer medidas de segurança capazes de reduzir os riscos de contaminação dos servidores, membros e estagiários pela COVID-19, foram adquiridos equipamentos de proteção individual (máscaras, viseiras e luvas); material de higienização (álcool 70%, dispensadores, carrinhos de limpeza e material de consumo); e contratação de serviços que possibilitaram o atendimento remoto de assistidos como aquisição de Certificados Digitais A3 e ampliação da quantidade de linhas telefônicas móveis.

Prezando pela segurança das pessoas e equipamentos, foram adquiridos extintores contra incêndio e materiais elétricos e hidráulicos para manutenção dos imóveis. Nesse sentido, também foi contratada empresa para prestação de serviço de segurança e contratado seguro predial para o imóvel da sede administrativa.

Além disso, visando melhor atendimento aos assistidos e um conforto maior aos servidores e defensores, permitindo a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança e desempenho eficiente, foram licitados móveis de escritório (cadeiras, mesas e armários).



3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, DE CONTROLES INTERNOS, CONTROLE SOCIAL E COMUNICAÇÃO

A governança busca qualificar a forma como os gestores planejam, formulam e implementam suas ações. Desta forma, as ferramentas utilizadas na Defensoria Pública para a garantia da boa governança e autocontrole da gestão consistem nas ferramentas legais de planejamento (PPA, juntamente com a LDO e a LOA) que estabelecem o conjunto de metas e prioridades, orçamentos, ações e programas de trabalho.

No ano de 2021, a empresa Áquila Consultoria em Gestão contribuiu para a elaboração e implantação do Plano Estratégico da DPE-RO, o que caracterizou grande avanço para a estrutura de Governança e de Autocontrole do órgão, uma vez que esta ferramenta proporcionou a identificação da missão da entidade, a avaliação da estratégia vigente, a análise do ambiente onde está inserida, a definição e quantificação dos objetivos, identificação de propostas para a utilização racional dos recursos, dentre outros benefícios.

Além destes, acrescenta-se o Plano Geral de Atuação do atual Defensor Público-Geral, onde constam as estratégias e metas da gestão, com indicadores dos resultados obtidos e informações sobre as atividades em andamento.

Dentre os pilares da governança e autocontrole da DPE-RO, destaca-se a transparência e o acesso à informação aos cidadãos, o *accountability* (controle interno, fiscalização e prestação de contas) e *compliance* (aderência às normas, regras e costumes das instituições que são modelo de governança no Estado de Rondônia).

3.1. Portal da Transparência

Obedecendo à Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 e à Instrução Normativa n.º 52/2017-TCE/RO, e ainda visando fortalecer a ferramenta que permite ao cidadão conhecer e questionar a Administração Pública, acreditando no papel da sociedade na fiscalização do Estado, disponibilizamos o Portal da Transparência da Defensoria Pública do Estado que no ano de 2020 (última auditoria realizada - Acórdão APL-TC 00414/20 processo 02620/19) alcançou o índice de 96,02% de transparência, avaliado pelo Tribunal de Contas do Estado.

O acesso pode ser realizado por meio do link disponível no sítio institucional ou pelo endereço <https://transparencia.defensoria.ro.def.br/>.



3.2. Ouvidoria-Geral

Ao longo do seu terceiro ano de efetiva atuação, a Ouvidoria-Geral da DPE-RO se empenhou para ser a ponte entre a instituição e a sociedade, tendo atuado em diversas frentes de trabalho:

- ✓ Adesão à Campanha Nacional Despejo Zero e membro da coordenação nacional;
- ✓ Elaboração e apresentação de proposta para atendimento de indígenas em privação de liberdade visando a monitoria da aplicabilidade das Resoluções 287 e 412 do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Ouvidoria Externa do Acre;
- ✓ Monitoramento de ações possessórias urbanas e rurais, nos diversos municípios do Estado, visando o cumprimento de a recomendações e Resoluções do CNDH, CNJ e ADPF 828;
- ✓ Incidência junto aos CEDH e CNDH relativas a situações de violações contra povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Consolidação de parceria junto aos Conselhos Tutelares para recepção de casos de violência contra crianças e adolescentes;
- ✓ Monitoramento das ações de desdobramentos do Relatório Denúncia sobre a Reserva Aquariquara em Machadinho D'Oeste junto ao MPE, MPF, CNDH, CNPCT e SEDAM;
- ✓ Parceria junto a entidade ACUDA na recepção de demandas de pessoas privadas de liberdade;
- ✓ Criação do Comitê Popular de Monitoramento das ações de enfrentamento a COVID-19 com a participação de movimentos sociais de vários municípios do Estado;
- ✓ Realização de agendas estratégicas junto ao MPF, MPE, Campanha Despejo Zero e CPT-RO nos casos de reintegrações de posses rurais;
- ✓ Recepção e monitoramento de tratativas relacionadas a denúncias de violações contra pessoas privadas de liberdade junto ao Mecanismo de Prevenção de Combate a Tortura;
- ✓ Realização de Capacitação do Sistema Fala.BR para integrantes da Rede Estadual de Ouvidorias Públicas;
- ✓ Consolidação de parceria junto a Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia visando atendimento das pautas e acompanhamento de demandas indígenas;
- ✓ Incidência junto aos órgãos do sistema judiciário (DPU, MPF e MPE) visando desdobramento de pautas específicas dos movimentos sociais correlacionadas com ações judiciais;
- ✓ Participação no Encontro Nacional de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens;
- ✓ Incidência junto ao MPF e MPE sobre o decreto estadual que autoriza o garimpo no Rio Madeira, visando a sua revogação;



- ✓ Incidência sobre a proposta de redução de reservas ambientais de Rondônia junto aos órgãos afins;
- ✓ Monitoramento das lideranças atendidas pelo programa nacional de proteção à testemunha com articulação de atendimento de demandas específicas das respectivas lideranças;
- ✓ Consolidação de parceria junto a Rede Lilás de Enfrentamento a Violência Doméstica e Patrulha Maria da Penha visando o atendimento as vítimas de violências e encaminhamento de demandas de atendimento psicossocial e para MPU;
- ✓ Monitoramento de ações judiciais que envolvam comunidades quilombolas e indígenas e outras pautas junto aos órgãos afins;
- ✓ Incidência junto a Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho relativo aos pacientes da COVID-19 (liberação de leitos, UTI, hemodiálise, testes rápidos);
- ✓ Participação e realização de lives com temas diversos no âmbito da educação em direitos;
- ✓ Acolhimento, tratamento e monitoramento de denúncias recebidas de comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, referente a invasão de territórios, crimes ambientais, garimpo ilegal;
- ✓ Realização de agendas institucionais com instituições públicas e da sociedade civil para o fortalecimento institucional da Ouvidoria-Geral.
- ✓ Realização de Escuta Ativa qualitativa, individuais e coletivas, junto aos usuários e organizações da sociedade civil; e
- ✓ Registros de 685 Termos de manifestação de Usuários.

3.3. Presença na Mídia

Estar na mídia aumenta a visibilidade e aproxima a Instituição do cidadão, além de ser uma oportunidade de informar toda a população, com transparência e clareza, acerca dos serviços que são oferecidos pela Defensoria.

Nesse sentido, a DPE conta com o apoio da mídia para a divulgação dos projetos e ações por ela desenvolvidos em todos os veículos de comunicação - televisão, rádio, mídia impressa e web.

De uma forma dinâmica e interativa, a DPE também está presente nas redes sociais, como Instagram, Facebook e Twitter, nas quais são postadas, frequentemente, novidades, informações e imagens, que ajudam na interatividade com a população em geral, que pode comentar, compartilhar e enviar mensagens.

No ano de 2021, a Diretoria de Comunicação publicou 287 matérias no site da instituição, 382 posts no Instagram, 394 no Facebook, 182 tweets no Twitter, 52 vídeos e 49 lives no Youtube, com o intuito de divulgar as ações realizadas pela Defensoria Pública.

3.4. Gestão por indicadores

A partir da implementação do Plano Estratégico da DPE-RO foi estruturada a gestão por indicadores estratégicos a fim de auxiliar a medição e verificação do desempenho do órgão em todas as suas áreas, além de permitir ao Defensor Público-Geral uma visão estratégica dos resultados alcançados para a tomada de decisão.

Figura 1 – Indicadores Estratégicos da DPE-RO.

Indicadores	
1 - Percentual de execução orçamentária total	DPOG
2 - Percentual de execução orçamentária ordinária	DPOG
3 - Percentual de projetos que executaram o recurso previsto	DPOG
4 - Percentual de execução orçamentária dos projetos	DPOG
5 - Percentual de remanejamento de recursos (DPERO)	DPOG
6 - Tempo Médio de Compras (Dispensa)	CPCL
7 - Índice de desligamentos	DIRH
8 - Horas de capacitação por membro/servidor	CENTRO DE ESTUDOS
9 - Percentual de execução do orçamento de capacitação	DPOG
10 - Relação entre salário na DPERO e em outros órgãos	TIME PESSOAS
11 - Índice de satisfação com o clima organizacional	TIME PESSOAS
12 - Percentual de setores previstos com indicadores e metas desdobrados	TIME GESTÃO E ORÇAMENTO
13 - Percentual de rituais de gestão realizados x previstos	TIME GESTÃO E ORÇAMENTO
14 - Índice de participação nos rituais de gestão	TIME GESTÃO E ORÇAMENTO
15 - Índice de execução das atividades/ações das áreas	TIME GESTÃO E ORÇAMENTO
16 - Desempenho no atingimento do book de metas	TIME GESTÃO E ORÇAMENTO
17 - Índice de satisfação com o ambiente interno (servidor)	TIME PESSOAS
18 - Índice de satisfação com o ambiente externo (usuário)	CORREGEDORIA
19 - Quantidade de processos otimizados	TIME PROCESSOS
20 - Quantidade de processos monitorados por indicadores	TIME PROCESSOS
21 - Quantidade de atividades padronizadas (POP)	TIME PROCESSOS
22 - Quantidade de atividades críticas verificadas	TIME PROCESSOS
23 - Área fim: Fator de equipe por atendimento e demandas	TIME PESSOAS
24 - Área meio: Razão entre a quantidade de servidores e a demanda por área	TIME PESSOAS
25 - Índice de conformidade com a gestão por competência	TIME PESSOAS
26 - Quantidade de funções e cargos mapeados	TIME PESSOAS
27 - Quantidade de tutoriais (POPs) elaborados	TIME TECNOLOGIA
28 - Taxa de atendimento aos chamados	TIME TECNOLOGIA
29 - Índice de satisfação dos usuários com o suporte de TI	TIME TECNOLOGIA
30 - Disponibilidade da infraestrutura ou Uptime	TIME TECNOLOGIA
31 - Tempo de desenvolvimento de projetos	TIME TECNOLOGIA
32 - Horas de capacitação em sistemas de TI	TIME TECNOLOGIA
33 - Número total de acordos extrajudiciais referendados	CORREGEDORIA
34 - Número total de acordos extrajudiciais homologados	CORREGEDORIA
35 - Percentual de acordos extrajudiciais	CORREGEDORIA
36 - Índice de resolatividade extrajudicial	CORREGEDORIA
37 - Índice de acordos extrajudiciais descumpridos	CORREGEDORIA
38 - Nível de satisfação do assistido com o atendimento prestado (NPS)	CORREGEDORIA
39 - Tempo médio de atendimento	CORREGEDORIA
40 - Percentual de êxito em ações patrocinadas pela DPE-RO	CORREGEDORIA
41 - Índice de atendimento a demanda	CORREGEDORIA
42 - Quantidade de ações de atendimento realizadas	CORREGEDORIA
43 - Quantidade de assistidos atendidos por ação	CORREGEDORIA
44 - Quantidade de atendimentos realizados pela unidade móvel	CORREGEDORIA
45 - Quantidade de assistidos capacitados direta e indiretamente	CENTRO DE ESTUDOS
46 - Quantidade de ações/campanhas para promoção da educação em direitos	CENTRO DE ESTUDOS
47 - Volume de horas de capacitação	CENTRO DE ESTUDOS
48 - Avaliações de desempenho com resultado satisfatório	CENTRO DE ESTUDOS
49 - Percentual de servidores e membros capacitados	CENTRO DE ESTUDOS
50 - Percentual de remanejamento de recursos (FUNDEP)	DPOG
51 - Tempo Médio de Compras (Inexigibilidade)	CPCL
52 - Tempo Médio de Compras (Pregão eletrônico - alta complexidade)	CPCL
53 - Tempo Médio de Compras (Pregão eletrônico - baixa complexidade)	CPCL
54 - Tempo Médio de Compras (Concorrência)	CPCL

Fonte: Plano Estratégico da DPE-RO 2021-2024.



4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Recursos orçamentários do FUNDEP

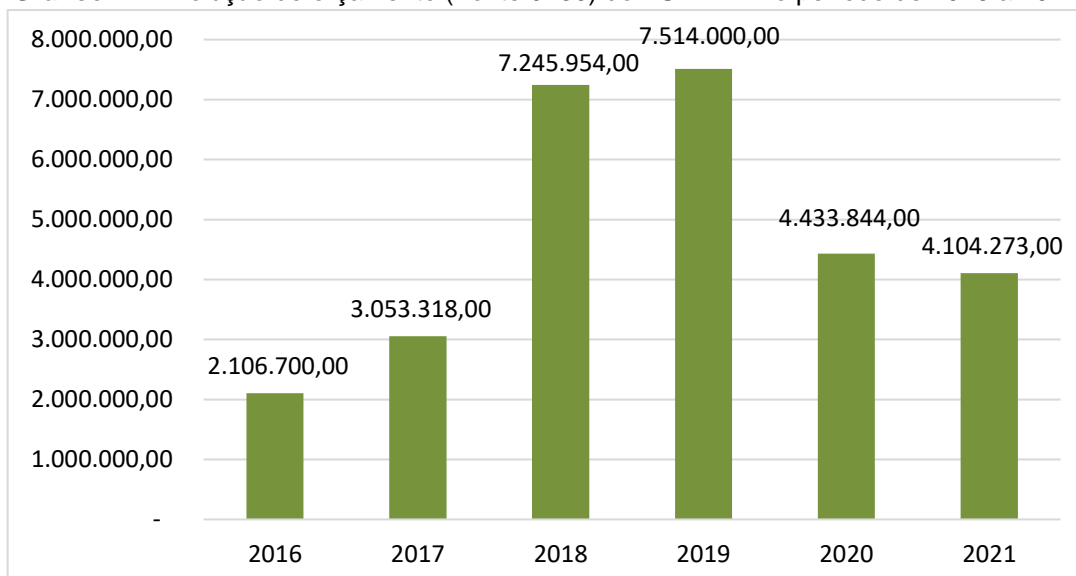
O Fundo Especial da Defensoria Pública (FUNDEP) representa a segunda unidade orçamentária do órgão, cujos recursos constituíam-se até meados do exercício 2016, basicamente, de verbas de sucumbência de ações em que o órgão havia atuado.

Após a aprovação da Lei n.º 3.537, de 15 de abril de 2015, regulamentada em julho de 2016, por meio do Provimento Conjunto n.º 004/2016-PR-CG, do Tribunal de Justiça do Estado e da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado, foi garantida uma participação ao FUNDEP de 7,5% (sete e meio por cento) das receitas incidentes sobre o recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais realizadas por todas as serventias cartorárias do Estado de Rondônia.

Essa conquista representa um verdadeiro marco na história da Instituição, uma vez que ampliou significativamente sua capacidade de investimento.

No entanto, após o trâmite do projeto de lei coletivo de iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado, que defendia a revogação da Lei n.º 3.537/ 2015, justificando que os valores cobrados aos usuários de cartórios se tornaram abusivos, foi aprovada a Lei n.º 4.577, de 10 de setembro de 2019, que reduziu o recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais para 4% (quatro por cento), o que prejudicou a capacidade de investimento e desenvolvimento da Defensoria Pública a partir do exercício 2020. O Gráfico 1 exibe a evolução do orçamento do FUNDEP no período de 2016 a 2021:

Gráfico 1 – Evolução do orçamento (Fonte 0230) do FUNDEP no período de 2016 a 2021.

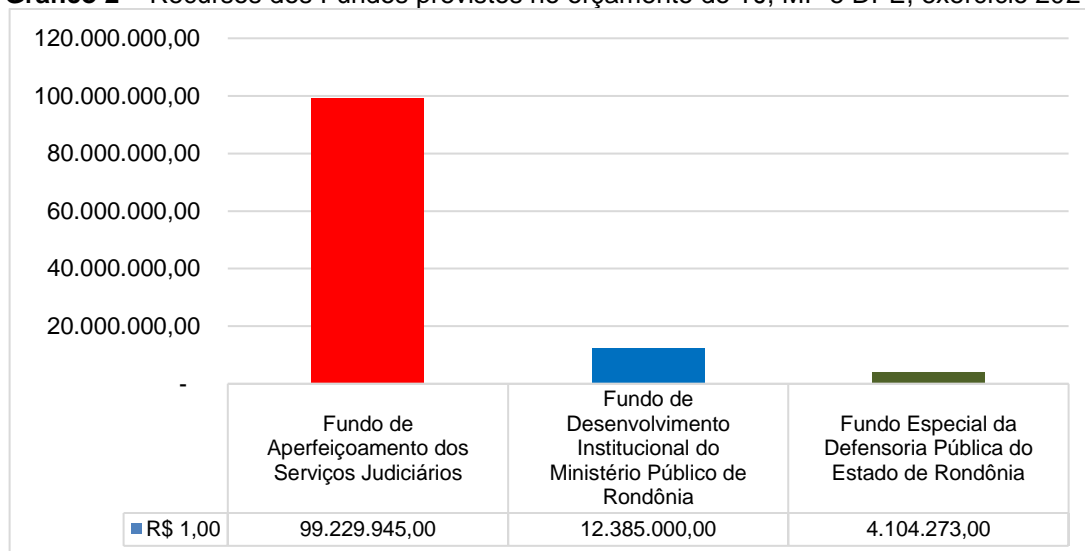


Fonte: Lei Orçamentária Anual dos anos de 2016 a 2021.



Associado a isto, a arrecadação do Fundo da Defensoria ainda figura como o menor em relação aos demais órgãos autônomos do Estado, conforme visualiza-se no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Recursos dos Fundos previstos no orçamento do TJ, MP e DPE, exercício 2021.

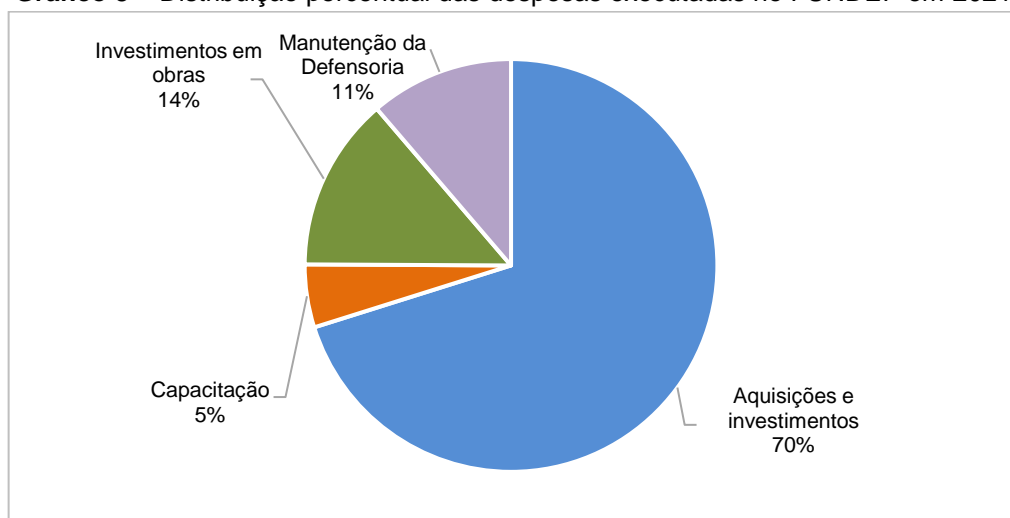


Fonte: Lei N° 4.938, de 30 de dezembro de 2020 (LOA 2021).

4.2. Execução orçamentária e financeira

No que se refere à execução orçamentária e financeira no ano de 2021, foram executados mais de 6 milhões de reais do Fundo Especial da Defensoria, distribuídos em despesas com manutenção da defensoria, capacitação de membros e servidores, e aquisições e investimentos, conforme visualiza-se no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição percentual das despesas executadas no FUNDEP em 2021.



Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.



Os detalhes da execução orçamentária e financeira no ano de 2021 seguem demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Demonstrativo da execução orçamentária do FUNDEP no exercício de 2021.

Fonte	Programa	Ação	Finalidade	Crédito disponível (R\$)	Total executado (empenhado) (R\$)	Percentual executado (%)
0230	2046	1026	Aparelhar as unidades	4.283.358,42	3.555.189,00	83%
0230	2046	1096	Modernizar a gestão e sistemas de informação	2.047.428,00	677.405,29	33,1%
0230	2046	1098	Implantar núcleos de atendimento	6.271.445,39	823.179,71	13,1%
0230	2046	2108	Capacitar os membros e servidores	472.500,00	297.599,08	63%
0230	2046	2182	Manutenção da Defensoria	3.781.845,00	680.158,76	18%
Total				16.856.576,81	6.033.531,84	35,8%

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

Ao analisar as ações de aparelhamento das unidades e modernização da gestão e sistemas de informação, foram realizados procedimentos de aquisição de bens para dotar a sede, os núcleos de comarcas e demais postos de atendimento de mobiliário, equipamentos, recursos de tecnologia de informação e comunicação visando proporcionar o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão. Os detalhes das aquisições e contratações podem ser verificados no item 2.2 deste relatório.

Para a ação de implantação de núcleos de atendimento, foram realizados estudos sobre as obras previstas para expandir e descentralizar o atendimento prestado pela Defensoria Pública, por meio de construção, reforma e mudanças das sedes de núcleos de comarcas em terrenos próprios ou doados por órgãos da administração pública. Como resultados obtidos, foram realizadas as mudanças dos Núcleos de Costa Marques e Rolim de Moura para novos prédios locados, concluída a reforma no Núcleo de Ouro Preto do Oeste, iniciada a construção de edificação do Núcleo de Guajará-Mirim, finalizado o chamamento público para aquisição de imóvel para o Núcleo de Alta Floresta D'Oeste e dado andamento nos procedimentos licitatórios para a mudança do Núcleo de Espigão D'Oeste e construção do Núcleo de Nova Brasilândia D'Oeste.

Além disso, também foi realizada a mudança da sede administrativa para um imóvel mais amplo e moderno, bem como com localização mais centralizada aos assistidos, onde foi unificado o Departamento de Almoarifado e Patrimônio.

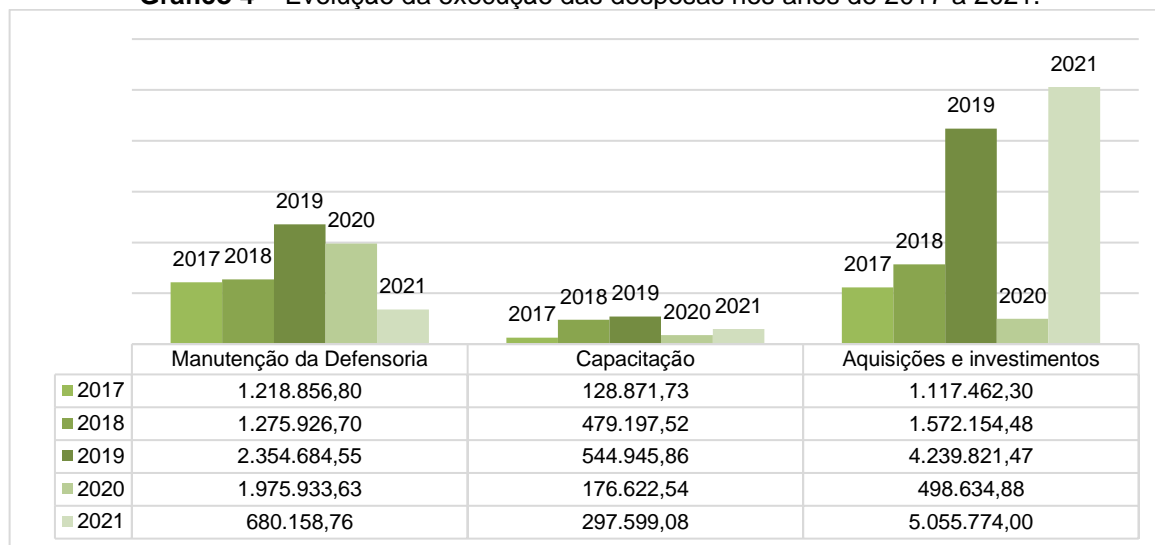


Sobre a ação para capacitação do corpo funcional, a ação foi executada de acordo com as demandas dos próprios membros e servidores, visando investir no aperfeiçoamento e capacitação de pessoal da Defensoria Pública, por meio da participação em eventos, cursos, seminários, congressos e programas de formação continuada, presenciais e à distância, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e ampliar a capacidade intelectual em assuntos das áreas jurídica e administrativa. Maiores detalhes das capacitações oferecidas são demonstrados no item 5.1 deste relatório.

Por fim, a ação para manutenção da Defensoria Pública foi executada visando garantir a operacionalização das atividades finalísticas e administrativas do órgão, por meio da manutenção dos contratos e execução de atas de registro de preços de prestação de serviços e fornecimento de materiais.

A fim de demonstrar a evolução da execução orçamentária e financeira do FUNDEP, segue no Gráfico 4 a evolução da execução das despesas nos anos de 2017 a 2021.

Gráfico 4 – Evolução da execução das despesas nos anos de 2017 a 2021.



Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

5. GESTÃO DE PESSOAS

5.1. Capacitação de membros e servidores

Dentre as capacitações oferecidas aos servidores e membros, destaca-se a palestra do professor nacionalmente conhecido, Clóvis de Barros Filho, com o tema “Amor ao Trabalho”. A palestra aconteceu durante a “Semana da servidora pública e do servidor público”, uma semana inteira de eventos e atividades direcionadas a homenagear os servidores. Nessa semana também foi realizada a roda de conversa “A servidora pública e o servidor público como agentes de transformação”.

Figura 2 - Cartaz da semana do servidor.



Foram realizados, também, diversos Webinários, transmitidos pela plataforma do YouTube, tais como:

- ✓ Curso de capacitação para atendimento de vítimas de violência doméstica;
- ✓ Curso de racismo estrutural institucional e equidade racial;
- ✓ Ciclo de debate de mobilidade ativa e segurança viária;
- ✓ Acesso à justiça na Região Norte;
- ✓ 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Além disso, sob a mediação da Defensora Pública coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, foram realizados alguns projetos, tais como:

- ✓ Diálogo de combate à violência de gênero – projeto realizado pela comissão de escolas e centro de estudos do colégio nacional dos defensores públicos gerais (CONDEGE);
- ✓ Grupo de estudos para formular propostas de enunciados para a II Jornada de prevenção e solução extrajudicial de litígios do Conselho da Justiça Federal – CJF;
- ✓ Nortearo direitos: I Seminário das Defensorias Públicas da Região Norte.



Dentre as capacitações oferecidas aos servidores da área administrativa destacam-se cursos sobre “Elaboração de Orçamento Público”, “Implantação da modelagem BIM – Migrando um projeto CAD para o Revit”, “Avaliação de imóveis urbanos com uso da inferência estatística”, “Elaboração do estudo técnico preliminar, do termo de referência e do projeto básico para obras públicas e serviços de engenharia, incluindo o uso do BIM”, “O que muda com a nova Lei de Licitações?”, “Audi 1”, “Esocial para a Administração Pública”, “Cumprimento de obrigações tributárias” e “Previdências dos servidores públicos”.

Foi possibilitada também a participação de cinco Defensores Públicos em mestrados e doutorados, em parceria com a Faculdade Católica de Rondônia e com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Para os membros também ocorreu o curso de capacitação “Execução para defensores”, realizado pela Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, durante seis meses, com participação de 64 defensores.

Outrossim foram organizados pelo próprio órgão algumas palestras sobre diversos temas, entre os quais podemos citar:

- ✓ Afrodescendência e mulherismo africana;
- ✓ Machismo institucional e interseccionalidade;
- ✓ Dignidade da mulher e pobreza menstrual;
- ✓ O protagonismo de mulheres pretas e periféricas.

Figura 3 – Cartazes de eventos realizados pela Defensoria em 2021.





6. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E ACORDOS

6.1. ACÓRDÃO APL-TC 00414/20 (02620/19)

Considerando o item V do Acórdão APL-TC 00414/20 referente ao processo 02620/19 que tratou de Fiscalização da Regularidade do Portal de Transparência da DPE-RO, bem como as informações de caráter essencial e obrigatória discriminadas nos subitens “5.1.” e “5.2.” da conclusão do Relatório sob ID 958014, foram adotadas as seguintes providências:

- ✓ 5.1) A Diretoria de Tecnologia de Informação realizou ajustes na aba "Empenhos e Pagamentos por Favorecido" do Portal da Transparência da DPE-RO, de modo que todas as Notas de Empenho aparecem listadas e relacionadas ao credor, unidade gestora, processo administrativo e valor empenhado, sendo disponibilizada na coluna "ação" os detalhes de cada Nota de Empenho, de modo a contemplar a data da liquidação das despesas e discriminação do objeto de modo suficiente para sua caracterização.
- ✓ 5.2) Instituição de grupo de trabalho para implantação de ferramenta de ordem cronológica dos pagamentos (ainda em andamento);

Quanto ao item VI do Acórdão APL-TC 00414/20, foram adotadas as seguintes providências:

- ✓ Disponibilização da versão consolidada dos atos normativos da Defensoria Pública;
Link: <https://transparencia.defensoria.ro.def.br/Legislacao/>
- ✓ Disponibilização de mecanismo de captação de opinião estimulada da população.
Link: <https://forms.gle/vaUTqB4vGNvwgjVK7>

6.2. RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Tendo em vista as recomendações contidas no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas Anual de 2020, foram tomadas as seguintes providências:

- ✓ Instituição de grupo de trabalho para implantação de ferramenta de ordem cronológica dos pagamentos (ainda em andamento);



7. CONCLUSÃO

Diante dos resultados apresentados, a partir das atividades realizadas pelo Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia no exercício de 2021, afirmamos que o órgão conseguiu alcançar seu objetivo institucional, cumpriu as metas previstas e buscou adaptar-se a fim de prestar seus serviços aos cidadãos de maneira eficiente e eficaz, visando ampliar cada vez mais a eficiência de suas ações nos próximos anos.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.101467.2022
Tipo: Prestação de Contas Anual - TCE
Assunto: Prestação de Contas 2021

RELATÓRIO - SGAP/SGAP-DPOG

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2021

FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Rayanne Cristina Oliveira da Silva Araújo - Diretora de Planejamento, Orçamento e Gestão - Matrícula 300130638
Lidiane Alexandra Grano - Analista em Administração - Matrícula 300130924
Oswaldo Coutinho Magalhães - Assessor Especial I - Matrícula 300130367



Documento assinado eletronicamente por **Rayanne Cristina Oliveira da Silva Araujo, Diretor(a)**, em 25/03/2022, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Coutinho Magalhaes, Assessor Especial I**, em 25/03/2022, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Alexandra Grano, Analista em Administração**, em 25/03/2022, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hans Lucas Immich, Defensor Público-Geral do Estado**, em 29/03/2022, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0033031** e o código CRC **A0C0F1DB**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o
Processo nº 3001.101467.2022.

Documento SEI nº 0033031v2